INSTRUÇÃO NORMATIVA 004/2018

Dispõe sobre a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social e da obrigatoriedade de prestação de informações às entidades gestoras dos RPPS pelos Poderes, órgãos e entidades

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas competências constitucionais, legais e regimentais,

CONSIDERANDO o poder regulamentar conferido pelo [art. 1º, inciso XVII, da Lei Complementar Estadual nº 006](#), de 6 de junho de 1994, que autoriza a expedição de atos regulamentares sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devem ser submetidos;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento da aplicação da [Lei nº 12.527/2011](#) que regulamenta o acesso a informações previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216](#) da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência da União estabelecida no [art. 9º, da Lei nº 9.717](#), de 27/11/1998, atribuída ao Ministério da Fazenda por meio da [Lei nº 13.341](#), de 29/09/2016;

CONSIDERANDO o acordo de cooperação técnica assinado entre esta Corte e a União para atuação conjunta no acompanhamento e controle dos RPPS;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a obrigação de todos os Poderes, órgãos e entidades detentores de informações relativas aos segurados de fornecê-las às entidades gestoras dos RPPS;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 003/2017-TCERR-PLENO, de 10/2/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento das aplicações dos recursos previdenciários no mercado financeiro;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo SEI nº 001317/2017.

RESOLVE, à unanimidade:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As entidades jurisdicionadas deste Tribunal de Contas encarregadas da gestão dos regimes próprios de previdência dos servidores deverão adotar providências para garantir a plena aplicação da legislação que rege a organização e funcionamento dos RPPS, com o fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial; a segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência das aplicações dos recursos no mercado financeiro e o pleno acesso aos segurados a informações relativas à gestão.

§ 1º As entidades mencionadas no *caput* devem garantir também a participação de representantes dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

§ 2º O RPPS deverá observar os seguintes critérios em relação aos colegiados de que trata este artigo:

I - composição paritária entre representantes da Administração e dos segurados;

II - legitimidade da representação por meio da escolha independente entre os segurados do sistema;

III - vedação da participação de membros da direção executiva (princípio da segregação de função);

IV - nível de formação dos representantes compatível com as áreas de conhecimentos necessárias para o bom desempenho da função;

§ 3º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - **CONTRIBUIÇÃO PATRONAL**: contribuição previdenciária devida por Poderes, órgãos ou entidades em decorrência da sua condição de empregador.

II - **CONTROLES INTERNOS**: conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados.

III - **GESTÃO PRÓPRIA**: Quando a decisão/execução dos investimentos dos recursos financeiros é realizada diretamente pelo RPPS.

IV - **GESTÃO TERCEIRIZADA**: Quando a decisão/execução acerca dos investimentos dos recursos financeiros é realizada por entidade autorizada e credenciada pelo RPPS para administração de sua carteira de investimentos.

V - **ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**: unidade administrativa, integrante do sistema de controle interno da administração pública, incumbida, entre outras funções, da verificação da consistência e qualidade dos controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal.

VI - **PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA**: valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente em determinada data (conhecida também como passivo atuarial).

VII - **REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA**: verbas de caráter permanente recebidas pelo participante sobre as quais incidem o percentual de contribuição conforme estabelecido no [parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei nº 10.887](#), de 18/06/2004.

VIII - **REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA**: verbas de caráter temporário recebidas pelo participante em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão, função gratificada e outras previstas em lei, sobre as quais incidem o percentual de contribuição, conforme estabelecido no [parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei nº 10.887](#), de 18/06/2004.

CAPÍTULO II - DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Art. 2º O RPPS deverá realizar avaliação atuarial inicial e em cada exercício financeiro para revisar o plano de custeio e benefícios, em consonância com a

previsão contida no [art. 40, caput, da Constituição Federal](#), [art. 1º, da Lei nº 9.717/1998](#) e arts. 8º e 9º da Portaria MPS nº 402/2008.

§ 1º As projeções financeiras e atuariais utilizadas na elaboração da avaliação atuarial deverão ser baseadas em indicadores macroeconômicos e estudos técnicos que assegurem a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

§ 2º A definição da hipótese de crescimento real da remuneração utilizada na elaboração da avaliação atuarial deverá ser baseada em estudos sistemáticos e detalhados sobre o crescimento salarial dos servidores ao longo do tempo;

§ 3º Os indicadores macroeconômicos e os estudos indicados nos §§ 1º e 2º deverão compor os anexos da avaliação atuarial;

§ 4º O RPPS deverá manter mecanismos que assegurem a qualidade e a tempestividade das informações fornecidas pelos Poderes, órgãos e entidades, de forma que a base cadastral garanta o correto dimensionamento dos planos de custeio e benefícios definidos anualmente em avaliação atuarial;

§ 5º O RPPS submeterá de imediato ao Chefe do Poder Executivo o parecer atuarial sempre que o resultado aponte necessidade de providências para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime;

§ 6º O registro contábil do valor da provisão matemática previdenciária deve ser feito de acordo com o valor constante na avaliação atuarial do RPPS.

CAPÍTULO III - DA ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 3º O RPPS, na qualidade de órgão titular da competência para arrecadar as contribuições previdenciárias, deverá manter controle sistemático com vistas à preservação do crédito.

§ 1º Os procedimentos de controles da arrecadação deverão evidenciar que o RPPS verifica a regularidade da base de cálculo das contribuições, especialmente quanto ao cumprimento do [§ 1º, art. 4º da Lei 10.887/2004](#).

§ 2º O controle dos benefícios concedidos a servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do RGPS deverão evidenciar as providências adotadas pelo RPPS para recebimento dos créditos relativos à compensação financeira de que trata a [Lei nº 9.796](#), de 05 de maio de 1999.

Art. 4º Os lançamentos contábeis referentes ao registro dos créditos recebidos deverão conter histórico detalhado, apresentando, no mínimo: a identificação do órgão pagador, o mês de competência da contribuição, o tipo de contribuição (patronal ou servidor) e o valor.

Art. 5º O RPPS deverá manter registro contábil individualizado da contribuição de cada servidor e da patronal e fornecerá extrato aos participantes do regime até o final do segundo mês subsequente ao da arrecadação.

Art. 6º Os débitos de responsabilidade dos Poderes, órgãos ou entidades decorrentes ou não de contribuições previdenciárias quando objeto de parcelamento deverão obedecer às regras emanadas da União e mais o seguinte:

I - autorização mediante lei específica do Ente instituidor do regime com definição expressa de que na consolidação do montante devido e no pagamento das prestações vincendas e vencidas deverá ser aplicado índice oficial de atualização e de taxa de juros compostos, com incidência mensal, respeitando-se como limite mínimo os valores da meta atuarial utilizados na reavaliação anual mais recente;

II - previsão na lei autorizativa de garantia de pagamento das prestações mediante autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação do FPE/FPM concedida pelo Ente no ato de formalização do acordo;

III - inclusão de cláusula no acordo estabelecendo sua rescisão se a autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPE ou FPM for revogada;

IV - discriminação no termo de parcelamento dos valores originários, das atualizações, dos juros, das multas e dos valores consolidados, por competência, por unidade gestora e folha de origem; e

V - disponibilização do termo de parcelamento na rede mundial de computadores (internet) até 30 dias após formalização.

CAPÍTULO IV - DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS

Art. 7º O RPPS observará os limites da taxa de administração estabelecidos em lei do Ente patrocinador para cobertura de suas despesas administrativas.

§ 1º O RPPS só poderá constituir reserva com as sobras da taxa de administração do exercício nas seguintes condições:

I - o percentual da taxa de administração tenha sido definido expressamente na lei;

II - a finalidade da reserva seja aprovada pelo órgão superior de deliberação do RPPS; e

III - o valor da reserva seja aprovado pelo órgão superior de deliberação do RPPS.

§ 2º O RPPS deverá manter registro e publicar em seu sítio eletrônico a memória de cálculo da taxa de administração.

CAPÍTULO V - DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Art. 8º Os responsáveis pela gestão do RPPS deverão observar nas aplicações dos recursos, os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, assim como a regulamentação emanada dos órgãos reguladores, em especial do Conselho Monetário Nacional (CMN), Ministério da Previdência Social, Ministério da Fazenda e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

§ 1º Os responsáveis pela gestão do RPPS e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência

profissional e conhecimento técnico conforme requisitos definidos nas normas gerais estabelecidas pela União e normas específicas de cada regime.

§ 2º Os recursos deverão ser alocados de acordo com os segmentos de aplicação e limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional e com parâmetros estabelecidos em política anual de investimentos dos recursos que deverá ser definida antes do exercício a que se refere e aprovada pelo órgão superior competente.

§ 3º O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como os registros das razões que embasaram a decisão acerca do modelo de gestão (gestão própria ou terceirizada), estratégia de alocação dos recursos, parâmetros de rentabilidade que serão perseguidos e as aprovações dos órgãos superiores deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 4º Na gestão terceirizada, o RPPS deverá observar, no mínimo, os seguintes critérios na seleção da entidade para a administração da carteira de ativos:

I - solidez patrimonial e compatível com o volume de recursos que será administrado;

II - comprovada experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;

III - histórico e experiência de atuação do(s) técnico(s) da entidade que executarão a política de investimentos;

IV - elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro;

V - ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários ou a outros órgãos competentes.

§ 5º Os responsáveis pela gestão de recursos do RPPS deverão certificar-se de que a carteira administrada, os fundos de investimentos, assim como os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem essas modalidades de investimentos são considerados de baixo risco de crédito ou de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

CAPÍTULO VI - DAS INFORMAÇÕES E APOIO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Art. 9º O RPPS observará os modelos e prazos para remessa de informações instituídos pelos diversos órgãos de controle, em especial, as necessárias à manutenção do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) e outras exigências do Ministério da Fazenda.

Art. 10. O RPPS deverá manter controles internos visando a verificação do cumprimento das normas que regulamentam a organização e funcionamento do regime e, ainda, as metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual.

Art. 11. A unidade de controle interno do órgão ou da entidade gestora do RPPS deverá fazer o acompanhamento permanente do cumprimento das normas relativas aos regimes próprios de previdência e especialmente as instituídas nesta instrução normativa, mantendo registros de suas ações.

Art. 12. No apoio ao controle externo, os órgãos colegiados integrantes dos RPPS ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência de imediato ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

CAPÍTULO VII - DA TRANSPARÊNCIA

Art. 13. Considerando o que dispõe a [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 e demais normas impostas por órgãos de controle, o RPPS deverá publicar no sítio oficial do regime na rede mundial de computadores (internet), no mínimo, as seguintes informações, obedecendo os prazos das normas específicas:

I - legislação completa referente ao RPPS (leis, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, federal, estadual e municipal);

II - Demonstrativo da Política Anual de Investimentos (DPIN) e suas revisões;

III - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR);

IV - cópia do regulamento, prospecto e lâmina de informações essenciais dos fundos de investimentos nos quais o RPPS mantenha recursos;

V - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA);

VI - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse (DIPR);

VII - informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;

VIII - relação com o nome dos servidores e membros de colegiados que tenham sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais;

IX - informações contidas nos formulários Autorização de Aplicação e Resgate (APR);

X - procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas para gestão dos recursos financeiros, se for o caso;

XI - informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;

XII - relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;

XIII - estrutura, composição e funcionamento dos órgãos colegiados (Conselho de Previdência, Coinvest e Conselho Fiscal);

XIV - datas e locais das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho de Previdência, Coinvest e Conselho Fiscal);

XV - atas com registro das deliberações de todos os colegiados do RPPS;

XVI - relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das aplicações dos recursos e aderência à política anual de investimentos;

XVII - Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

XVIII - Nota Técnica Atuarial (NTA);

XIX - termos de acordo de parcelamento ou reparcimento acompanhados do Demonstrativo Consolidado de Parcelamento (DCP);

Parágrafo único. O RPPS deverá manter canal de comunicação com os segurados e com a sociedade no sítio oficial do regime na rede mundial de computadores (internet).

CAPÍTULO VIII - DA FORMAÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 14. O RPPS deverá observar a exigência de aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais para o responsável pela gestão dos recursos e para a maioria dos membros do Comitê de Investimentos.

Art. 15. O RPPS deverá priorizar no planejamento anual de capacitação dos servidores as ações relacionados às atividades finalísticas.

CAPÍTULO IX - DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR INFORMAÇÕES AO RPPS

Art. 16. Os Poderes, órgãos e entidades fornecerão informações necessárias à gestão da base de dados cadastrais dos servidores vinculados ao regime de previdência e ao gerenciamento da arrecadação, na forma e periodicidade requeridas pelo órgão ou entidade gestora do RPPS, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial exigidos no [art. 1º da Lei nº 9.717](#), de 27 de novembro de 1998.

§ 1º A base cadastral dos servidores vinculados ao RPPS deverá ser mantida atualizada de modo a garantir o correto dimensionamento dos planos de custeio e benefícios definidos anualmente em avaliação atuarial.

§ 2º Em cumprimento aos [incisos VI e VII, do art. 1º, da Lei nº 9.717/98](#), as informações necessárias ao gerenciamento das receitas previdenciárias no RPPS deverão ser fornecidas, no mínimo, com os seguintes elementos para fornecimento de extrato aos participantes do regime:

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração de contribuição ordinária;

IV - remuneração de contribuição facultativa;

V - valor mensal da contribuição do segurado;

VI - valor mensal da contribuição patronal.

Art. 17. Os Poderes, órgãos e entidades deverão submeter previamente ao RPPS os projetos de leis cujas propostas produzam crescimento real na remuneração dos segurados para verificação do impacto financeiro e atuarial no regime.

Parágrafo único. O RPPS emitirá parecer conclusivo no prazo de 30 dias e devolverá ao Poder, órgão ou entidade para compor o processo a ser encaminhado ao Legislativo para subsidiar a apreciação da matéria.

CAPÍTULO X - DAS PENALIDADES

Art. 18. A inobservância de qualquer dispositivo desta Instrução Normativa, bem como a prestação de informações incorretas ou incompletas, sujeitará os responsáveis às penalidades previstas no [art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 06/94](#), sem prejuízo de outras sanções.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Este texto não substitui o publicado no [Diário Oficial do Estado de Roraima Nº 3261, de 19/06/2018](#)